



01 NOV 2006
Manoel Horácio Francisco da Silva*

Economia Brasil

GAZETA MERCANTIL

Riqueza escassa e gastos excessivos

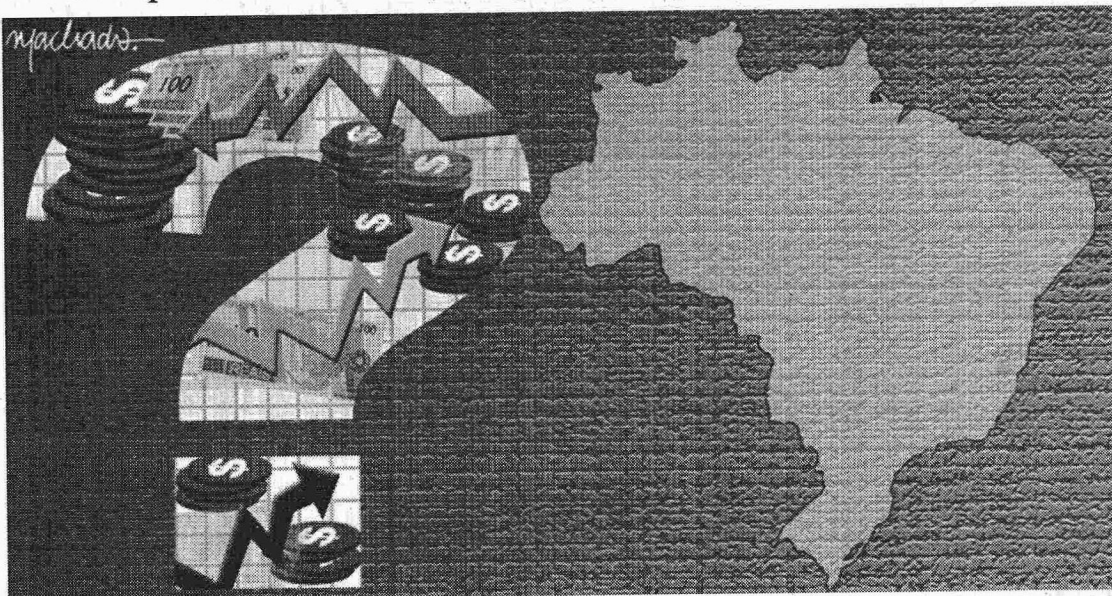
Está na hora de repensar o tamanho do governo, que consome 40% do PIB

Não sou economista, mas ao longo da minha carreira profissional especializei-me em reestruturar empresas com problemas econômicos e financeiros. Aproveitando essa experiência, durante muitos anos proferi palestras sobre economia doméstica para pequenos grupos de pessoas humildes, que diante da escassez de renda buscavam soluções para a sobrevivência ou para a melhoria do seu padrão de vida.

Em todos esses grupos, iniciava minha exposição mostrando de forma muito simples que a menor célula da economia é o indivíduo e a família, a célula média são as empresas e a macro célula é a economia do País, mas o princípio básico que rege todo esse grande e complexo sistema é o mesmo, ou seja, a administração da escassez.

É muito fácil para o cidadão comum entender que o mais importante na gestão dos seus recursos é a administração do quanto ele gasta, e não do quanto ele ganha. Pelo simples fato de que ele traz regularmente para casa o mesmo salário mensal, mas os seus gastos, se ele deixar, podem ser ilimitados. Assim, é essencial saber como controlar os gastos.

Adicionava, ainda, nessas palestras, o conceito de que qualquer organismo desse sistema econômico que gasta mais do que ganha caminha para a falência, ou exclui qualquer possibilidade de crescimento. No plano pessoal, isso significa eliminar a esperança de melhorar de vida ou de subir na escala social, enquanto o contrário, ou seja, economizar no presente para usufruir no futuro, garante maior satisfação, maior conforto e prosperidade para si mesmo e para a família. Fechando a equa-



ção, eu sugeria que é sempre necessário gerar um pequeno saldo sobre a renda para investir em maior conforto no futuro.

Esta lição sempre foi muito bem recebida e perfeitamente entendida pelas pessoas, por mais humildes que elas fossem. Infelizmente, este conceito tão rudimentar de economia doméstica não é compreendido pelos nossos políticos e pelos nossos governantes.

A carga fiscal brasileira está chegando, ao final de 2006, a 39% do PIB. Isso significa que, de tudo o que é produzido no país, o governo se apropria de uma grande parcela. Mas, o que é pior, pelos resultados obtidos, o governo está utilizando de forma ineficiente grande parte do esforço e da riqueza de todos os brasileiros.

Grande parte do custo nacional provém da dívida acumulada nos últimos anos, aumentada pela irresponsabilidade dos nossos políticos. Poucas vezes na nossa história tivemos condições tão favoráveis para a estabilização e o crescimento da nossa riqueza, que infelizmente é desperdiçada

da pelos nossos dirigentes. Existe uma expectativa de que apenas a queda da taxa de juros seja capaz de acelerar o crescimento do País. Mas precisaremos muito mais do que isso para poder crescer com maior rapidez e sustentabilidade.

Não vi, até hoje, nenhum país que tenha passado do estágio de emergente para o de desenvolvimento elevado que não tenha seguido a receita doméstica de que os gastos de médio e longo prazos devem ser inferiores à receita obtida. Por isso, acredito que está na hora de aplicarmos na governança do nosso país uma correta gestão dos gastos e, conseqüentemente, repensar o tamanho da máquina do governo, que está consumindo quase 40% do nosso PIB.

Precisamos exigir dos nossos governantes a gestão eficiente dos gastos, economizando parte das receitas, para que possamos investir no crescimento e na melhoria do bem-estar das nossas gerações futuras.

Se isso for feito, certamente, além do crescimento da poupança interna, o País terá mais cre-

dibilidade junto aos investidores internacionais, que aplicarão mais recursos em atividades produtivas. Como conseqüência, estaremos promovendo e acelerando o crescimento sustentado, criando novos empregos, distribuindo de forma mais justa a renda, diminuindo a pobreza, iniciando o tão esperado círculo virtuoso econômico e lançando o Brasil no grupo dos países do chamado Primeiro Mundo.

Em janeiro de 2007, será iniciada uma nova legislatura, um novo período de quatro anos para os nossos principais governantes. Seria muito importante que os nossos dirigentes aprendessem a lição e passassem a adotar esses princípios básicos que a população mais humilde já entendeu e costuma aplicar com absoluto critério na gestão de suas economias.

Para começar, espera-se que eles percebam, de uma vez por todas, que a riqueza do País é escassa e os gastos são excessivos.

* Presidente do Banco Fator. Próximo artigo do autor em 30 de novembro